

Diário



Oficial

Maceió - Terça-feira
9 de dezembro de 2008

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Ano XCVI
Número 230

Ministério Público Estadual

 **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
DILMAR LOPES CAMERINO

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS
EDUARDO BARROS MALHEIROS
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
ARNOLDO PETRÚCIO CHAGAS
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FÉLIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
LEAN ANTÔNIO DE ARAÚJO
VICENTE FÉLIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
EDUARDO BARROS MALHEIROS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
WLADIMIR BESSA DA CRUZ

DIRETOR DO 1º CAO
UBERJARA RAMOS DOS SANTOS

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

DIRETOR-GERAL
EVELINE RODRIGUES DE SOUZA

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONFIABILIDADE E FINANÇAS
JOSÉ GAMA FILHO

DIRETORA DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
ANDRÉA DÓRIA DE SOUZA ALMEIDA

DIRETOR DE PESSOAL
OTÁVIO LESSASARMENTO

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO
GRAÇA CARVALHO



Combate à corrupção

A Controladoria Regional da União no Estado de Alagoas promove na terça-feira (9) um evento público para comemorar o Dia Internacional de Combate à Corrupção. Durante o evento, que será realizado das 8 às 12h30, no Auditório do CEFET/AL, haverá o lançamento oficial do Fórum de Combate à Corrupção de Alagoas (FOCCO/AL), criado, no último dia 28 de novembro, em reunião coordenada pelo Ministério Público Estadual, pela Procuradoria Geral da República, pela CGU, pela Delegacia da Receita Federal em Alagoas e pelo Instituto Sílvio Viana. O Fórum de Combate à Corrupção de Alagoas (FOCCO/AL) foi criado no último dia 28 de novembro e congregando cerca de 25 órgãos estaduais e entidades da sociedade civil, entre eles os ministérios públicos Federal e Estadual, Controladoria Regional da União em Alagoas (CGU), Receita Federal, Instituto Sílvio Vianna e o Fórum Alagoano de Conselhos de Direitos (Facond).

Audiência

O Ministério Público convocou representantes da Prefeitura Municipal de União, da Petrobras, da Fazenda Conceição e do Sindpetro para uma audiência, às 10 horas, de terça-feira (9) na sede da Promotoria de Justiça de União. Na ocasião, o promotor de Justiça Magno Alexandre Moura vai cobrar atendimento digno as 22 famílias que moram no entorno da fazenda, onde quatro funcionários a serviço da Petrobras morreram, após explosão, em setembro deste ano. "Nossa intenção é garantir segurança e tratamento digno às famílias. No local, há muitas crianças e idosos na área", afirmou Magno Moura, que visitou recentemente o local.

Queijarias

Em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (Sebrae) e a Agência de Defesa Agropecuária (Adeal), o MP de Alagoas está convocando representantes de vários órgãos e instituições para reunião, no próximo dia 17 de dezembro, na sede do Sebrae, em Maceió. Na ocasião, vão ser discutidas as propostas para a melhoria do processo de fabricação do queijo do coalho e manteiga, que é vendido e consumido no estado. A convocação foi decidida hoje, em reunião realizada na sede do MP Estadual, com a presença de representantes da Adeal e da APL Laticínios do Sebrae/AL. "Vamos deixar claro que nosso objetivo não é prejudicar o setor, mas garantir que a população tenha acesso a um produto de boa qualidade", informou a promotora de Justiça Dalva Tenório, coordenadora do Núcleo de Defesa do meio Ambiente.

Projeto Carroceiro Legal

A terceira etapa do cadastramento do Projeto Carroceiro Legal acontece no dia 15 de dezembro, na Associação de Moradores do Vale do Reginaldo. Desenvolvido pelo MP Estadual, em parceria com a Prefeitura de Maceió, Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), Superintendência de Limpeza Urbana de Maceió (Slum), lideranças comunitárias, Núcleo Educacional Ambiental São Francisco de Assis (Neafa) e Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), o objetivo do projeto é melhorar as condições de trabalho e de vida dos carroceiros e de seus animais. Segundo a promotora de Justiça Dalva Tenório, a Secretaria Municipal de Assistência Social apresenta dia 14 ao MP um projeto de inclusão das famílias dos carroceiros cadastrados em programas sociais do município. Entre as medidas que vão ser adotadas está a escolarização das crianças e o ensino profissionalizante dos jovens, filhos dos carroceiros cadastrados.

Procuradoria-Geral de
JUSTIÇA

DIRETORIA GERAL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA, NESTA DATA, DESPACHOU O SEGUINTE PROCESSO:

Proc: 3.130/08

Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo férias.

Despacho: Defiro. À DP para as providências cabíveis.

O CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. NELSON TENÓRIO SOBRINHO, DESPACHOU, NESTA DATA, POR DELEGAÇÃO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2.441/07

Interessado: Corregedoria-Geral da Justiça.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Em face das informações prestadas, remetam-se cópia das mesmas ao interessado. Após, arquivar-se.

Proc: 3.115/08

Interessado: Pedro Macedo Marques, Procurador de Justiça aposentado.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: À Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 3.120/08

Interessado: Faculdade de Ciências Jurídicas de Maceió - FAMA.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: À Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 3.121/08

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Encaminhem-se os autos à Promotoria de Justiça da Fazenda Municipal.

Proc: 3.122/08

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Encaminhem-se os autos à Promotoria de Justiça de Messias.

Proc: 3.123/08

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Encaminhem-se os autos à Promotoria de Justiça de Messias.

Proc.: 3.125/08

Interessado: Maria Hilda Cavalcante da Silva e outros, moradores do Residencial Theobaldo Barbosa.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Encaminhem-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.

A DIRETORA-GERAL DESTA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, DRA. EVELINE RODRIGUES DE SOUZA, DESPACHOU, POR DELEGAÇÃO, NESTA DATA, O SEGUINTE PROCESSO:

Proc: 3.072/08

Interessado: Dilma Alves de Queiroz e outro, funcionários desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: À Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 05 de dezembro de 2008.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Oficial de Ministério Público/Diretoria Geral

ATO DE EXONERAÇÃO 81/08

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve exonerar, DAMYESKA ALVES SAMPAIO do cargo, de provimento em comissão, de Assessor de Procurador de Justiça, Símbolo AS-1, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 05 de dezembro de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE EXONERAÇÃO 82/08

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve exonerar, EMANUEL COSTA VALENÇA BARROS do cargo, de provimento em comissão, de Assessor Administrativo, Símbolo AS-3, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 05 de dezembro de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE EXONERAÇÃO 83/08

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve exonerar, MIGUEL ÂNGELO GAMELEIRA VAZ do cargo, de provimento em comissão, de Assessor Técnico, Símbolo AS-2, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 05 de dezembro de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO 49/08

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve nomear, EMANUEL COSTA VALENÇA BARROS para exercer o cargo, de provimento em comissão, de Assessor de Procurador de Justiça, Símbolo AS-1, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 05 de dezembro de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO 50/08

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE nomear TÂNIA MARIA GOMES para exercer o cargo, de provimento em comissão, de Assessor Administrativo, Símbolo AS-3, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 05 de dezembro de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO 51/08

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE nomear KARINA VASCONCELOS OLIVEIRA para exercer o cargo, de provimento em comissão, de Assessor Técnico, Símbolo AS-2, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 05 de dezembro de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 833, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2008

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e em face do Decreto do Governador do Estado de Alagoas, publicado no Diário Oficial do Estado, edição de 02 de dezembro de 2008, resolve que não haverá expediente no dia 08 de dezembro do corrente ano, no âmbito do Ministério Público Estadual. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DILMAR LOPES CAMERINO
Procurador-Geral de Justiça Substituto

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o despacho de encaminhamento da Comissão Permanente de Licitação e parecer da Consultoria Jurídica desta Procuradoria Geral de Justiça do Processo FEMPEAL nº 021/2008, resolve HOMOLOGAR o procedimento licitatório da Tomada de Preços nº 01/08 e, em consequência, ADJUDICAR o seu objeto, a saber, contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia, objetivando a reforma e a ampliação do prédio onde funcionará a Escola Superior do Ministério Público de Alagoas e Promotorias, à licitante vencedora: PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA.- EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.034.228/0001-89, estabelecida na Rua Desembargador Amorim Lima, nº 36, sala 01, CEP 57051-180, Farol, Maceió/AL, com o valor de R\$ 488.675,35 (quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), tudo consoante as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Maceió, 03 de dezembro de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça
* - Republicado

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça da Comarca de Batalha

PORTARIANº 023/2008

A Promotoria de Justiça da Coletiva da Fazenda Estadual, através da promotora abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8º, §1º, da Lei Nacional nº 7.347/85; artigos 25, IV, "a", e 26, I, da Lei Nacional nº 8.625/93, CONSIDERANDO que:

1 - existe um projeto de construção de uma quadra poliesportiva nas dependências da escola Estadual Dr. José Maria Correia das Neves, a qual seria construída com recursos da empresa privada TIM S.A;

2 - que por questões burocráticas, esta parceria não pode ser materializada, tendo em vista que o procedimento administrativo, o qual objetiva a liberação para a construção, teve início no ano de 2004, e até a presente data, não houve desfecho;

3 - o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos ou coletivos, devendo, para isso, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;

4 - educação é um direito fundamental do cidadão na forma do art. 205 e seguintes da Constituição Federal;

5 - o esporte é o elemento da educação que desenvolve a solicitabilidade, o florescimento de valores éticos e o fortalecimento da auto-estima de cada indivíduo.

RESOLVE:
Instaurar Procedimento Administrativo com o intuito de buscar uma solução para o impasse existente, tendo em vista que o assunto tratado é de interesse de todos os estudantes do local. Para tanto, determina a adoção das seguintes providências:

I. Autuar e registrar a presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Administrativos;

II. Requerer a publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;

III. Expedir os ofícios necessários

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 05 de dezembro de 2008.

MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SÚMULA DO PRIMEIRO TERMO
ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2008

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CONTRATADA: DEL FINO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA

DO OBJETO: Alteração no contrato originário nº 14/2008, com a necessidade de aumento de quantidade dos serviços anteriormente contratados, conforme disposições e planilhas constantes no processo administrativo PGJ nº 2566/2008.

DO VALOR ADITIVADO: O valor aditivado ao contrato originário perfaz o montante de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), correspondendo a um acréscimo aproximado de 24,165% (vinte e quatro vírgula cento e sessenta e cinco por cento) do valor total originário.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste termo correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, incluso no PPA- 2008-2011, consignada no Programa de Trabalho nº 03.122.0003.2127.0000 - Manutenção dos Serviços Administrativos do Ministério Público, Naturezas de despesa: 339030 - Material de Consumo e 339039 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

DO ADITIVO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

DATA DA ASSINATURA: 19 de novembro de 2008
SIGNATÁRIOS: Geraldo Magela Barbosa Pirauá (Procurador-Geral de Justiça Substituto) e George Delfino do Nascimento (Contratada).

SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Secretária do Conselho Superior do Ministério Público, em atendimento ao que prescreve o art. 175 do Regimento Interno do Conselho Superior, torna público que serão submetidos a julgamento na 41ª Reunião Ordinária do dia 09 de dezembro de 2008, os seguintes processos:

1º - Processo nº 375/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta poluição sonora praticada pelo estabelecimento comercial denominado "MADEIREIRA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA", situado na Avenida Jorge de Barros, nº 259. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

2º - Processo nº 2367/2005. Interessada: Promotoria de Justiça de Capela. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo instaurado com o fim de averiguar possível ato de improbidade administrativa praticada pelo gestor municipal. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

3º - Processo nº 1179/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo instaurada após representação que visava apurar suposta poluição sonora praticada pelo estabelecimento comercial denominado "VELOXY - GASES E EQUIPAMENTOS Ltda", situado no Bairro da Levada. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

4º - Processo nº 749/2008. Interessada: PRODSID. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava o requerimento de providências por este órgão Parquet para o internamento do Sr. Alexandre Bonfim Santos. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

5º - Processo nº VPI 014/2007. Interessada: Promotoria de Justiça de Satuba. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar denúncia relativa à ausência de fornecimento de EPT's e de pagamento de direitos trabalhistas pelo Município de Santa Luzia do Norte. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

6º - Processo nº 364/2008. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar supostas irregularidades na nomeação em comissão de servidos para exercer a função de economista. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

7º - Processo nº VPI 007/2006. Interessada: Promotoria de Justiça de Satuba. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que fora instaurado para a averiguar suposta irregularidade na circulação de taxistas no Conjunto Margarida Procópio. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

8º - Processo nº VPI 008/2007. Interessada: Promotoria de Justiça de Satuba. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava averiguar suposta irregularidade na contratação de pessoal em detrimento de concursados. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

9º - Processo nº VPI 005/2006. Interessada: Promotoria de Justiça de Satuba. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava averiguar denúncia sobre irregularidades no transporte de doentes crônicos de Satuba para Maceió por razões político-partidária. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

10º - Processo nº 04/2006. Interessada: Promotoria de Justiça de Satuba. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que dava conta da ausência de iluminação pública no trevo de Santa Luzia. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

11º - Processo nº VPI 003/2006. Interessada: Promotoria de Justiça de Satuba. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava investigar denúncia sobre eventual exploração de menor em serviço de propaganda em carro de som. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

12º - Processo nº 301/2005. Interessada: Procuradoria Geral de Justiça. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava averiguar eventuais irregularidades no transporte público de doentes renais crônicos do Estado de Alagoas. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

13º - Processo nº 606/2008. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar descumprimento de termo de compromisso pela Secretaria Municipal de Habitação de Maceió. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

14º - Processo nº 049/2005. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta poluição sonora provocada por festa no sítio "El Paraíso", localizado na Rodovia AL 101 Norte. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

15º - Processo nº 3122/2007. Interessada: PJCECC. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava averiguar suposta turbação em imóvel rural e eventual punição por crime de esbulho possessório em desfavor Álvaro Vasconcelos. Relator: Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

16º - Processo nº 951/2007. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que requeria a intervenção deste órgão Ministerial, na tentativa de conciliar o conflito individual entre as partes. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

17º - Processo nº 1180/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava averiguar a regularidade na instalação de estação de rádio base de telefonia celular. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

18º - Processo nº 315/2008. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar possíveis irregularidades na Prefeitura de Pindoba e no concurso da CHESF, bem como do pedido de sinalização pública. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

19º - Processo nº 1846/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que versa sobre Termo de Compromisso Preliminar de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público, o Instituto do Meio Ambiente e as Usinas de Alagoas, visando à preservação e recuperação das matas ciliares. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

20º - Processo nº 663/2007. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que versa sobre denúncia de supostas irregularidades ocorridas no concurso público para a Secretaria Municipal de Educação de Maceió. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

21º - Processo nº 1510/2008. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que versa sobre solicitação de envio de ofício à Secretaria de Finanças de Maceió para averiguar a arrecadação de impostos do município em 2007. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

22º - Processo VPI nº 012/2007. Interessada: Promotoria de Justiça de Satuba. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava averiguar suposta irregularidade no funcionamento de postos de saúde de Santa Luzia do Norte. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

23º - Processo PA nº 001/2007. Interessada: Promotoria de Justiça de Satuba. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava averiguar suposta irregularidade na seleção de beneficiários para distribuição de casas do Programa Social de Habitação (PSH). O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

24º - Processo PA nº 001/2006. Interessada: Promotoria de Justiça de Satuba. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava averiguar suposta irregularidade na seleção de beneficiários para distribuição de casas do Programa Social de Habitação (PSH). O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

25º - Processo nº 906/2008. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar supostas irregularidades no concurso público para profissionais de enfermagem, realizado pelo Município de Maceió. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

26º - Processo nº 1609/2008. Interessadas: 4º, 5º e 6º Promotorias de Justiça de Família da Capital. Assunto: Procedimento administrativo iniciado após requerimento das Promotorias de Justiça que atuam em Varas de Família da Capital, pedindo inserção em pauta de Reunião do Colégio de Procuradores, a fim de fomentar discussão acerca da edição de uma norma administrativa recomendando sem caráter normativo e vinculativo a atuação dos membros do MP alagoano, nos processos de separação judicial litigiosa, divórcio litigioso e conversão de separação em divórcio, quando não há presença de incapazes. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

27º - Processo nº 1610/2008. Interessadas: 4º, 5º e 6º Promotorias de Justiça de Família da Capital. Assunto: Procedimento administrativo iniciado após requerimento das Promotorias de Justiça que atuam em Varas de Família da Capital, pedindo inserção em pauta de Reunião do Colégio de Procuradores, a fim de fomentar discussão acerca da edição de uma norma administrativa recomendando sem caráter normativo e vinculativo a atuação dos membros do MP alagoano, nos processos de habilitação de casamento, quando não há presença de incapazes. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Luciano Chagas da Silva.

28º - Processo nº 3121/2007. Interessada: PROESDEC. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de irregularidades em relações de consumo. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo.

29º - Processo nº 1745/2007. Interessada: Promotoria de Justiça de Porto Real do Colégio. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar denúncia sobre supostas irregularidades no concurso realizado pelo município de Porto Real do Colégio. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo.

30º - Processo nº 204/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição so-

nora provocada pelo estabelecimento comercial "Soberano Beer Bar e Restaurante", localizado na Rua Dr. José Sampaio Luz, 475, Ponta Verde. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo.

31º - Processo nº 1769/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta invasão de terra no bairro de Guaxuma. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo.

32º - Processo nº 046/2007. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição sonora provocada pelo estabelecimento comercial "Lojas Maia", localizado no bairro do Centro, nesta capital. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo.

33º - Processo nº 1434/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição sonora provocada pela empresa "Comércio e Transporte Ltda - COTREL", localizada na Rua Santa Izabel, s/nº, Santos Dumond. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo.

34º - Processo nº 2038/2006. Interessada: Promotoria de Justiça de Capela. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta inadimplência do pagamento de adicional de insalubridade por parte do município de Capela. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo.

35º - Processo nº 960/2006. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição sonora provocada pelo estabelecimento comercial "Auto Posto Via Maré Ltda.", localizado na Rua Joaquim Marques Luz, 944, Jatiúca. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo.

36º - Processo nº 271/2007. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar denúncias feitas no sistema on-line da Procuradoria da República em Alagoas em face do Município de Maceió. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo.

37º - Processo nº 3180/2007. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta deficiência no serviço prestado pela empresa "Massayó" aos moradores do bairro do Graçiliano Ramos. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo.

38º - Processo nº 2145/2007. Interessada: PROSID. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar questões relativas ao passe livre em transportes coletivos para pessoas acima de 65 anos. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Francisco José Sarmento de Azevedo.

39º - Processo nº 10/2007. Interessada: Promotoria de Justiça de Mata Grande. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar o não recolhimento do INSS, além do não pagamento do salário abaixo do mínimo legal, por parte da Prefeitura Municipal de Inhapi. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte.

40º - Processo nº 218/2005. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar informações enviadas por Adalberon Mendes Rodrigues, oficial de gabinete do Vereador Marcos Alves. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte.

41º - Processo nº 842/2008. Interessada: GECOC. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar informações enviadas por Adalberon de Moraes Barros, referentes à investigação criminal instaurada. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte.

42º - Processo s/nº - Delação Anônima. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar supostas irregularidades em edificação situada na Avenida Santa Rita de Cássia, nº 254, Farol. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte.

43º - Processo s/nº iniciado através do ofício nº 293/2007. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar supostas irregularidades no contrato administrativo nº 156/2007, firmado entre o município de Maceió e o 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Maceió. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte.

44º - Processo nº 2505/2007. Interessada: GECOC. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que solicitava a identificação dos promotores de Justiça

atuantes no processo nº 001.07.060036-9. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte.

45º - Processo nº 1349/2008. Interessada: GECOC. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que solicitava cópia do processo nº 1262/2008, no qual o Sr. Adriano Santos configura como parte. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte.

46º - Processo nº 12/2006. Interessada: PROESDEC. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposto cancelamento dos cartões eletrônicos de transporte escolar dos alunos do curso de pós-graduação strictu sensu do Instituto de Física da UFAL. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte.

47º - Processo nº 023/2007. Interessada: PROESDEC. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo iniciado após representação de alunas do curso de Comunicação Social do Cesmac, questionando o novo regime seriado implantado pela Instituição de ensino. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte.

48º - Processo nº 2641/2008. Interessada: Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar supostas irregularidades nos autos do processo judicial nº 017.07.000085-5 da comarca de Limoeiro de Anadia. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte.

49º - Processo nº 1506/2007. Interessada: PJCCANP. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposto crime de estelionato praticado por Clube de Maceió, na realização de contrato com jogador de futebol. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Artran de Pereira Monte.

50º - Processo nº 2299/2008. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar representação de empresa hoteleira contra o município de Maceió. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Eduardo Barros Malheiros.

51º - Processo nº 110/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar representação contra o projeto integrado da orla lagunar "Sururu de Capote". O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Eduardo Barros Malheiros.

52º - Processo nº 1265/2007. Interessada: GECOC. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar denúncia contra a Prefeitura de Paripueira por suposta fraude em concurso público. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Eduardo Barros Malheiros.

53º - Processo nº 1064/2008. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar supostas irregularidades praticadas por engenheiro da SMCCO. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Eduardo Barros Malheiros.

54º - Denúncia Anônima 022/2008. Interessada: PJCFPM. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar denúncia anônima contra a Prefeitura Municipal de Maceió. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Eduardo Barros Malheiros.

55º - Processo nº 24/2006. Interessada: GECOC. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar notícia criminis de suposta ameaça praticada contra o Sr. Antônio Marcos da Silva. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Eduardo Barros Malheiros.

56º - Processo nº 2979/2006. Interessada: GECOC. Assunto: Procedimento administrativo iniciado através de convite feito às Promotorias de Justiça do GECOC, para proferirem palestras sobre turismo sexual. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Eduardo Barros Malheiros.

57º - Processo nº 413/2000. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposto dano ambiental praticado pela CEAL. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Eduardo Barros Malheiros.

58º - Processo nº 1859/2008. Interessada: GECOC. Assunto: Procedimento Administrativo que visava apurar o arquivamento de ofício oriundo do Tribunal de Contas da União sobre a impossibilidade de cessão de servidores para efetuar análise de documentos. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Eduardo Barros Malheiros.

59º - Procedimento Investigatório Criminal nº 01/2006. Interessada: GECOC. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava dar elementos para a propositura de ação penal cabível, em crime de homicídio praticado na cidade de Roteiro. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Eduardo Barros Malheiros.

60º - Processo nº 1535/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição sonora proveniente do estabelecimento comercial denominado "Bar e Lanchonete da Joelma", localizado na Rua Boa Vista, nº 421, Trapiche da Barra. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Vicente Felix Correia.

61º - Processo nº 170/2003. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição sonora proveniente do estabelecimento comercial denominado "Festolândia", localizado na Rua Elói de Lemos França, nº 30, Gruta de Lourdes. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Vicente Felix Correia.

62º - Processo nº 468/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição sonora proveniente do estabelecimento comercial denominado "Lampião", localizado na Avenida Álvaro Otacílio, Jatiúca. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Vicente Felix Correia.

63º - Processo nº 1466/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição sonora proveniente do estabelecimento comercial denominado "Boate Cassino Music Bar", localizada na Avenida Álvaro Calheiros, Mangabeiras. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Vicente Felix Correia.

64º - Processo nº 026/2005. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição sonora proveniente dos templos evangélicos denominados "Ministério da Fé - Igrejas em Céulas" e "Comunidade Evangélica o Deus Vivo", localizadas na Rua Teófilo Barros, no bairro do Farol. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Vicente Felix Correia.

65º - Processo nº 540/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição sonora proveniente do "Centro de Convenções e de Exposições de Maceió", localizado na Rua Celso Piatti, no Jaraguá. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Vicente Felix Correia.

66º - Processo nº 1772/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição sonora proveniente de um bar localizado dentro do Condomínio Residencial Teotônio Vilela no bairro da Serraria. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Vicente Felix Correia.

67º - Processo nº 1348/2008. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de poluição sonora proveniente do estabelecimento comercial denominado "Maikai Show Bar". O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Vicente Felix Correia.

68º - Processo nº 040/2007. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta prática de maus tratos contra animais de propriedade do Circo Beto Carreiro. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Vicente Felix Correia.

69º - Processo nº 077/2006. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta poda indiscriminada de árvores de ornamentação pública na Avenida Álvaro Otacílio, na confluência com as Ruas Álvaro Otacílio e Newton Andrade Cavalcante, no bairro da Jatiúca. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Vicente Felix Correia.

70º - Processo nº 024/2007. Interessada: PJCEDMA. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo que visava apurar suposta ocorrência de lançamento de efluentes atmosféricos (fumaça/fuligem) decorrentes do funcionamento da panificação Nossa Senhora da Piedade, localizada no bairro do Prado. O Conselho apreciará o voto do Conselheiro Dr. Vicente Felix Correia.

Sala Doutor Joubert Câmara Scala, em Maceió, 09 de dezembro de 2008.

Wladimir Bessa da Cruz
Promotor de Justiça
Secretário do CSMP

